

dinâmica econômica recente e reestruturação produtiva no rio grande do norte (1970-2000)*

recent economic dynamics and productive restructuring in rio grande do norte (1970-2000)

Marconi Gomes Silva**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

RESUMO

Tem-se como propósito, no presente trabalho, o estudo das transformações da economia do Rio Grande do Norte nas últimas três décadas do século XX. A objetivação de tal propósito implicou apresentar o processo de reestruturação das atividades preexistentes, bem como a emergência de novas atividades que imprimiram “novas dinâmicas” à economia estadual, fazendo com que a economia potiguar passasse da condição de economia fundada em atividades agropecuárias e extrativas à de economia baseada em atividades urbanas. A hipótese central do trabalho é que o Estado teve papel preponderante na configuração e reconfiguração espacial da produção no Rio Grande do Norte, nas décadas estuda-

ABSTRACT

The present work has as its purpose the study of the economic transformations of the Rio Grande do Norte State in the last three decades of 20th century. The undertaking of such approach implied to present the process of restructuring of the preexisting activities, as well as the emergency of new activities which posed “new dynamics” to the economy of states, making the Rio Grande do Norte’s economy to pass from the condition of an economy based on farming and mining activities to one based on urban activities. The central hypothesis of the work is that the State had a preponderant role in the Rio Grande do Norte’s output spatial configuration and reconstitution in last studied decades. Regarding the methodological issue,

* Agradeço aos professores André Lourenço e Denílson Araújo (Departamento de Economia/UFRN) e à mestrandia Isabel Caldas (Economia/UFRN) pelas contribuições ao artigo. Destaco, contudo, que possíveis falhas são de responsabilidade exclusiva do autor.

Submetido: 24 de outubro de 2013; aceito: 1^o de abril de 2014.

** Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e integrante dos seguintes grupos: Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Política do Desenvolvimento (GEEPD), Grupo de Estudos e Pesquisas em Espaço, Trabalho, Inovação e Sustentabilidade (GEPETIS), Núcleo de Estudos Multissetoriais, Estratégicos e Conjunturais (NEMEC) e Observatório das Metrôpoles/Natal (RN). *E-mail*: marconi.br62@gmail.com.

das. No que concerne à questão metodológica, o trabalho, de um lado, baseia-se essencialmente em revisão da literatura para apresentar a trajetória da economia potiguar até a década de 1980 e, de outro, ancora-se na utilização de dados publicados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para enfocar a década de 1990.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Dinâmica econômica. Rio Grande do Norte. Novas dinâmicas. Terciário.

the paper on one hand is essentially based on a review of the literature to present the trajectory of Rio Grande do Norte's economy until the 1980s, and on the other it is anchored in the data published by the Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE – Work and Employment Ministry) and by the Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – Brazilian Institute of Geography and Statistics) to focus the 1990s.

Keywords: Productive restructuring. Economic dynamics. Rio Grande do Norte. New dynamics. Tertiary sector.

Do desenvolvimentismo à vigência do modelo de cunho liberal: breves considerações

Ao longo de aproximadamente cinco décadas, sob diferentes regimes políticos, o Brasil experimentou um processo de construção social que resultou na constituição de uma estrutura industrial moderna, nos moldes da Segunda Revolução Industrial, de uma intensa urbanização e de uma considerável mobilidade social, a partir do ingresso no mercado de trabalho, em que pese a sua flexibilidade estrutural. Assim, no período compreendido da década de 1930 ao princípio da década de 1980, revelando especificidades comparativamente a outros países, bem como em relação a si, em diferentes momentos do citado período, o Brasil passou por um intenso processo de *construção* de uma sociedade urbano-industrial e de formação de um Estado nacional.

Após esse período caracterizado por intenso crescimento econômico e de expressiva estruturação do mercado de trabalho, marcada por significativa ampliação do assalariamento com registro em carteira, a década de 1980 passou a ser considerada, segundo parte da literatura econômica, uma primeira década perdida para a economia brasileira. Tal denominação foi cunhada em virtude da reduzida taxa de formação de capital fixo, do declínio do incremento da produção e da reduzida capacidade da economia nacional de gerar postos de trabalho suficientes para incorporar os contingentes populacionais que anualmente ingresavam no mercado de trabalho.

Enquanto as décadas anteriores se caracterizaram pela adoção de planos que consubstanciavam propostas de “desenvolvimento econômico” para o país, esta última distinguiu-se por uma agenda consubstanciada em sucessivos planos econômicos que tinham como objetivo precípuo a promoção da estabilidade de preços, uma vez que a inflação em vários anos atingiu níveis nunca verificados em décadas precedentes. Tais planos foram adotados em um ambiente marcado por grande nível de endividamento e, portanto, sem que o Estado dispusesse da capacidade de que fora portador anteriormente para implementar políticas desenvolvimentistas. Assim, segundo a perspectiva furtadiana, na década de 1980 teve início a interrupção da construção da sociedade urbano-industrial que vigorara no período precedente. Na década que se seguiu, tal processo, sob o primado de políticas de cunho liberal, para além da mera interrupção, segundo a concepção do mestre, consubstanciou-se numa verdadeira destruição da construção anterior. Ou seja, a década de 1990 constituiu-se em um período de contrarreformas.

A década de 1990, entretanto, caracterizou-se por uma profunda mudança na forma de inserção da economia brasileira à economia mundial, num contexto em que esta já havia ingressado num novo momento do processo de internacionalização do capital denominado como de mundialização. Esse processo é entendido como decorrente principalmente da ampliação de fluxos – de pessoas, serviços, mercadorias e de capitais – entre os países. A particularidade desse momento da internacionalização é a acentuada ampliação do movimento dos capitais com propósitos de valorização de curto e curtíssimo prazo, portanto, sem compromisso com a ampliação da estrutura produtiva dos países para os quais migram. Assim, uma das perspectivas analíticas, conforme já abordado no capítulo anterior, é a de que passou a ser gestado, sobretudo a partir da década de 1990, um regime de acumulação com dominância financeira.

Em âmbito mundial, desde o início da década de 1970, vivia-se uma profunda crise do denominado padrão de acumulação fordista, do padrão monetário mundial acordado em Breton Woods e do Estado do bem-estar social. A “nova ordem” que gradativamente passou a ser erigida, embora não possa ser derivada desta, ocorreu em simultaneidade à emergência de uma nova Revolução Tecnológica – a da Tecnologia da Informação –, que passou a ser referida, em algumas elaborações teóricas,

como um imperativo que passou a “exigir” categoricamente mudanças de cunho social.

No Brasil, em fins dos anos 1980, um dos pontos da agenda política era o da “inserção competitiva” do país à nova “ordem mundial”. Tal inserção efetivou-se através de um amplo programa de reformas que foi implementado ao longo de toda a década de 1990. A legitimidade para a implementação de tais reformas foi conferida por processos eleitorais, em que os eleitos defenderam a necessidade urgente da inserção do Brasil na “nova ordem mundial” e a “destruição” das estruturas montadas no período pós-1930, com forte presença estatal, de modo a dotar o país com novas, modernas e adequadas estruturas para fazer frente à situação da concorrência então vigente em âmbito mundial.

A década de 1990 viria a ser considerada na literatura econômica uma segunda década perdida para a economia brasileira, também em decorrência da reduzida *performance* econômica em função da persistência das baixas taxas de investimento e da incapacidade da dinâmica da atividade econômica de fazer face aos incrementos da população que ingressava no mercado de trabalho. Ademais, pela persistência e ampliação do contingente de pessoas vivendo em situação de pobreza e de indigência, ao lado de uma riqueza crescentemente concentrada.

A inserção brasileira à ordem mundial objetivou-se através de um amplo leque de mudanças – institucionais, econômicas e tecnológicas –, que se constituíram em condicionantes à atividade produtiva e ao mercado de trabalho, com implicações nas distintas escalas espaciais – grandes regiões, unidades federativas, municípios etc. –, ao longo da década de 1990. Assim, tais mudanças institucionais constituíram-se em elementos correlacionados ao curso das atividades produtivas e de prestação de serviços, bem como ao movimento e às formas de compra de força de trabalho.

Se é correto afirmar que o movimento de mundialização capitalista se constituiu em forte condicionante da implantação de modelos econômicos de cunho liberal em todo o mundo, não se pode admitir que tal movimento tenha bastado por si só. É necessário, por outro lado, considerar que a adoção de medidas liberalizantes ocorreu em decorrência de tal movimento em âmbito mundial, mas também de ações governamentais e das correlações de forças entre classes e segmentos de classes nos diversos países.

No caso específico do Brasil, a implantação do modelo econômico de matiz liberal como sucedâneo do modelo de substituição de importações foi decorrente da ação das elites políticas nacionais e de parte do empresariado que paulatinamente aderiram às medidas que integravam o denominado Consenso de Washington, bem como da incapacidade dos trabalhadores de se contraporem a tal empreendimento social. Na realidade, a mudança de postura do movimento sindical combativo e de partidos de esquerda em face da derrocada do chamado socialismo real facilitou que o modelo de desenvolvimento brasileiro ancorado no tripé Estado, empresa privada nacional e empresa multinacional fosse progressivamente substituído por um novo modelo, em que a terceira parte do tripé fosse amplamente fortalecida em detrimento das outras duas, em especial da primeira.

No Brasil, como em outras partes do mundo, a ideia da “globalização” como fato inelutável ganhou força e integrou a agenda política dos distintos governos durante toda a década de 1990, ou seja, de Collor ao segundo governo de Fernando Henrique Cardoso. Pela lavra deste, foi defendida a “globalização” como processo inevitável e simétrico envolvendo ganhos e perdas para todos. Cardoso afirma que “os fenômenos de globalização não escolhem a identidade dos atingidos. Assim, tanto os desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento ganham e perdem com a globalização”, pois, por se tratar de um processo de “interdependência” e de “reciprocidade”, era “necessário ter o que oferecer” (Cardoso, 1995, p. 152).

Na realidade, o processo de mundialização ocorrido nos anos 1990 foi resultado de decisões políticas e econômicas tomadas por setores oligopolistas e bancários e agentes governamentais. Então, referindo-se à lógica reformadora em curso no Brasil, afirmou Sawaya: ela “desmantela o Estado e coloca a economia brasileira definitivamente nos braços do capital mundial” (Sawaya, 2006, p. 207). Essa afirmação pode ser complementada com a posição de Fiori, para quem o Brasil tornou-se um “sócio menor do capitalismo ocidental” (Fiori apud Sawaya, 2006, p. 207).

As considerações apresentadas permitem constatar que, assim como o modelo de substituição de importações foi um processo de construção social que promoveu o desenvolvimento industrial do Brasil, durante um período com relativa autonomia, mas durante outro, de modo associado ao capital industrial atuante em âmbito mundial, da mesma forma,

o modelo econômico de cariz liberal é também um processo de construção social que interrompe a construção anterior e promove uma profunda mudança no papel do Estado na sociedade brasileira, reduz consideravelmente o papel do capital nacional e submete a economia brasileira aos “desígnios” do capital orientado pela valorização de curto prazo, tendo como resultado a alternância de fases de recessão com fases de baixas taxas de crescimento econômico e elevadas taxas de desemprego e precarização das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. Na realidade, essa “nova” construção perpassou toda a década de 1990 e permeou as ações dos diversos governos atuantes no período e teve profundos impactos para as vidas dos distintos segmentos sociais, em particular para os trabalhadores.

Lançando-se o foco mais detidamente sobre o mundo do trabalho, verifica-se que durante a década de 1990 ocorreu também uma série de mudanças na legislação do trabalho, que promoveu a introdução de uma nova forma de flexibilidade ao historicamente flexível mercado de trabalho brasileiro. A nova flexibilização atingiu também o segmento que, a princípio, seria estável – o segmento com os maiores requisitos de qualificação. A flexibilidade historicamente existente no Brasil era considerada de caráter estrutural e consistia na adequação da quantidade de trabalhadores, especialmente os de menor qualificação, às flutuações da demanda. A nova flexibilidade a princípio fora introduzida pela negociação coletiva entre trabalhadores e empresariado. Entretanto, a nova legislação promoveu uma nova flexibilização da alocação da força de trabalho, da remuneração, da jornada de trabalho e incentivou solução direta dos conflitos. Essa nova flexibilização além de não haver deixado incólumes inclusive os segmentos mais qualificados e organizados da classe trabalhadora, promoveu o “enfraquecimento do estatuto salarial”, precarizou os níveis de remuneração e as condições de trabalho e aprofundou a fragmentação da classe trabalhadora.

Além de novas formas de organização e gestão do trabalho, ocorreu também a adoção de novas formas de organização da produção, dando forma a um padrão produtivo e de acumulação com maior nível de flexibilidade. A instauração de um modelo de acumulação mais flexível, sem dúvida, foi importante a introdução de tecnologias de base microeletrônica. Entretanto, durante a década de 1990, o aspecto mais saliente de tal modelo de acumulação foi a “descentralização produtiva” que

esteve baseada na deslocalização industrial e, principalmente, na terceirização.

A terceirização acompanha o processo de industrialização brasileira. Entretanto, a terceirização predominante em período anterior à década de 1990 ocorria principalmente em atividades de apoio, enquanto a partir de então passaram a envolver diretamente as atividades produtivas. Na realidade, as atividades passaram por um processo de desverticalização, porém segundo propósitos estratégicos.

A terceirização implicou, no caso da indústria automobilística, a organização de uma rede de subcontratação que envolveu firmas de distintos tamanhos, englobando desde grandes até empresas de menor porte. Concretamente, a nova estratégia de terceirização possibilitou que houvesse a manutenção da hierarquia das grandes corporações no setor, ao mesmo tempo em que era obtida a redução dos custos pela transferência de atividades não estratégicas para os elos mais longínquos da cadeia de produção.

Na realidade, os processos de terceirização e de realocização industrial disseminaram-se pelos mais variados setores produtivos, tanto os reconhecidamente mais “dinâmicos”, quanto os ditos “tradicionais”. Com vistas à estratégia de redução de custos, indústrias dos setores têxtil e calçadista saíram dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul para instalarem-se em estados nordestinos com vistas a benefícios fiscais, níveis salariais mais baixos e a presença de sindicatos com menor nível de organização do que os prevaescentes nos locais de origem dos estabelecimentos. Já a realocização no caso dos setores mais modernos, como o metal-mecânico e o eletrônico, ocorreu principalmente da grande São Paulo para o interior paulista ou para outros estados do Sudeste ou do Sul do país (Alves, 2005, p. 202). Então, torna-se claro que os processos de terceirização e realocização das empresas foram fundamentais para a concretização da desestruturação da ação sindical, na medida em que foi intensificada a dispersão dos trabalhadores por estabelecimentos industriais de menor porte.

É necessário esclarecer que o processo de reestruturação adquiriu abrangência para além das atividades industriais. O setor de prestação de serviços, apresentando peculiaridades relativamente à indústria, foi também fortemente reestruturado. Nesse setor, o segmento bancário foi um dos que passou por mudanças significativas, sobretudo pelo fato de

os seus estabelecimentos encontrarem-se distribuídos por todo o território brasileiro. No segmento bancário, o processo de informatização das agências iniciou-se na década de 1980, porém esteve voltado à modificação da prestação de serviços no interior das próprias agências. Entretanto, na década de 1990 tal processo foi profundamente modificado, promovendo alterações no espaço de prestação dos serviços e nas formas de atendimento da clientela bancária, implicando as formas de execução do trabalho bancário. A disseminação de “terminais de atendimento” em distintos estabelecimentos não bancários e a criação de uma rede de “correspondentes bancários” constituíram-se na materialização da deslocalização da prestação de serviços bancários. Por outro lado, os “serviços de autoatendimento” permitiram que os próprios clientes assumissem parte do trabalho antes prestado pelos trabalhadores bancários. Se a isso se acrescentar as próprias mudanças ocorridas na divisão do trabalho no interior das agências bancárias, torna-se mais fácil compreender a redução do contingente de trabalhadores, bem como a precarização do trabalho bancário ao longo da década de 1990 (Chaves, 2005).

Em verdade, o processo de terceirização não se restringiu aos empreendimentos privados. O setor público também passou a fazer uso ampliado de atividades terceirizadas, sobretudo em atividades tais como segurança e limpeza. Além disso, também se passou a fazer uso de modalidades de trabalho precário.

Concluindo, pode-se dizer que o processo de reestruturação ocorrido no Brasil nos diversos setores produtivos e de prestação de serviços implicou a constituição de um modelo crescentemente flexível tanto do ponto de vista da organização da produção, quanto do ponto de vista da organização do trabalho. A implantação desse modelo mais flexível, em um ambiente de legislação hostil aos trabalhadores e adverso à ação sindical, promoveu a precarização dos rendimentos e das condições de uso da força de trabalho, implicando uma grande fragmentação da classe trabalhadora. Por fim, deve-se destacar que, em grande medida, esse processo de fragmentação esteve associado aos processos de terceirização e de realocização das atividades econômicas em âmbito nacional, com vistas à redução de custos como meio de “sobrevivência das empresas”, num momento de maior integração da economia nacional à mundial. Essa estratégia de flexibilização da produção pro-

vocou a redistribuição das unidades produtivas no território brasileiro, em especial nos principais espaços urbanos do país – *locus* de maior concentração das atividades econômicas.

Retrospecto da economia norte-rio-grandense no período anterior à década de 1970

Em período anterior à década de 1970, a economia potiguar ancorou-se numa estrutura produtiva com baixos níveis de diversificação e de integração, com forte vínculo a atividades agropecuárias e extrativas e fundada em reduzido número de produtos. Além da produção agropecuária para autoconsumo, constituíram-se nas principais atividades da economia potiguar a cotonicultura, a pecuária bovina, a canaveira e o extrativismo do sal marinho e da scheelita.

No âmbito da economia colonial, a pecuária do Rio Grande do Norte tornou-se uma atividade de fundamental importância para a conquista e ocupação do sertão, além de consistir em elo de articulação com a atividade canaveira através do fornecimento de animais para uso como força motriz ou como alimento. Para além desse período, a pecuária bovina perdeu sistematicamente importância no conjunto das atividades econômicas do Rio Grande do Norte, embora ainda figure como a mais importante atividade da pecuária na contemporaneidade e, por isso, tenha se tornando alvo de um importante programa governamental denominado de Programa do Leite¹.

Em que pese a restrita área de Zona da Mata no Rio Grande do Norte, o cultivo da cana-de-açúcar se constituiu em importante atividade econômica em âmbito estadual, nas várzeas dos rios situados no

¹ Esse programa foi criado no ano de 1986, com vistas a garantir o nível de atividade do setor a partir da distribuição de leite a pessoas consideradas “carentes”. O programa teve vigência de 1986 a 1989, foi suspenso no período 1990-1994 e foi reimplantado em 1995, sendo mantido para além da década de 1990. Desde fins da década de 1990, o programa cobre todos os municípios potiguares, e na atualidade atende a 130 mil famílias, 2.092 agropecuaristas, sobretudo os grandes do estado, e 26 empresas do setor de laticínios. Porém essa atividade não se encontra determinada pelo Programa do Leite, pois, além deste, o setor depende em grande medida dos estímulos decorrentes do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar – e do FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (Azevedo e Pessôa, 2005, p. 6).

litoral oriental, principalmente a partir do início do século XVIII. Desde então, a cana-de-açúcar, não obstante tenha alternado períodos de expansão e retração da produção, assumiu a condição de um dos mais importantes produtos da agricultura potiguar (Takeya, 1985; Clementino, 1995; Felipe e Carvalho, 2002).

A cotonicultura adquiriu grande importância econômica a partir do momento em que se iniciou o processo de formação do mercado nacional em fins do século XIX, em decorrência da afirmação de um núcleo capitalista interno no país sediado no Sudeste, núcleo que se constituiu no principal mercado consumidor do algodão mocó, passando este a ser produzido em escala crescente no Rio Grande do Norte. Essa atividade continuou fundamental para a economia, tendo assumido grande importância para a estrutura de poder estadual por várias décadas, sendo afetada por uma profunda crise somente no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a exemplo do ocorrido com a cotonicultura nordestina, quando foi encerrado o terceiro e maior surto de exportação do algodão brasileiro para outros países².

A atividade salineira foi objeto de exploração desde o primeiro século da colonização “nas ribeiras dos rios Mossoró e Açú” (Andrade apud Garcia, 2001, p. 69). A vigorosa exploração salineira no Rio Grande do Norte tem sido fundada essencialmente na existência de vantagens competitivas naturais decorrentes da integração de fatores como marés, ventos, temperaturas elevadas, baixas taxas de umidade do ar e de precipitação pluviométrica e temperaturas elevadas, propiciando que essa unidade federativa ao longo dos séculos tenha sido o maior produtor nacional do produto (Garcia, 2001, p. 69). Essa atividade tem sua trajetória marcada pela incapacidade de interação com outras atividades produtivas no próprio estado ou na região Nordeste, tendo, por isso, forte dependência da demanda de outras regiões do país, particularmente do Sudeste. A indústria salineira também experimentou mais uma de suas crises periódicas em fins da década de 1960.

A scheelita é uma das 20 variedades do tungstênio. A sua presença no Rio Grande do Norte era conhecida desde a década de 1920, porém não se constituía em objeto de exploração pelo fato de não ter partici-

² Sobre a economia algodoeira no Rio Grande do Norte, ver, entre outros, os trabalhos de Takeya (1985), Clementino (1986) e Silva, Bezerra e Azevedo (2009).

pação importante para a produção de bens de consumo de massa. Entretanto, a Segunda Guerra Mundial propiciou a exploração da scheelita potiguar em decorrência do seu amplo uso militar (Garcia, 2001, p. 72). A partir de então, esse mineral adquiriu importância econômica em âmbito estadual. Entretanto, o término da Segunda Grande Guerra lançaria essa atividade em crise e somente a Guerra da Coreia propiciaria novamente sua superação. Com o término dessa guerra, nova crise atingiu a indústria da scheelita.

A economia norte-rio-grandense no contexto do intenso processo de urbanização pós-1970

A partir da breve exposição precedente, pode-se constatar que, de fins da década de 1960 ao início da década de 1970, as principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte encontravam-se enfrentando profundas crises, que no caso das atividades agropecuárias foram acentuadas pelas secas ocorridas durante os anos 1970. Entretanto, a atuação do Estado Desenvolvimentista no Brasil, sob a tutela militar, seria decisiva para a incorporação do Rio Grande do Norte ao processo de expansão capitalista em curso no país, possibilitando a reestruturação de atividades preexistentes e o estímulo a novas atividades econômicas. Conforme destaca Clementino,

somente na década de 70 ocorreram algumas transformações nesse espaço regional particular. Assistem-se a transformações da base produtiva e da estrutura social sem precedentes na história econômica do RN. Os sinais da transformação na estrutura produtiva fazem-se presentes em todos os setores. Para isso, muito contribuíram os incentivos fiscais concedidos pela extinta SUDENE. (Clementino, 2003, p. 391)

As transformações ocorridas deste então foram promotoras de inequívoca expansão produtiva no estado do Rio Grande do Norte, é verdade que a partir de um nível de produto ínfimo, e de um acentuado processo de urbanização que se apresentou fortemente concentrado em poucos pontos do território da unidade federativa em foco.

A partir do início dos anos 1970, a economia potiguar passou a experimentar elevadas taxas de crescimento comparativamente às apre-

sentadas tanto pelo Brasil, quanto pela região Nordeste, conforme pode ser verificado na Tabela 1. Na década que encerrou uma longa fase de expansão da economia brasileira, 1970-1980, enquanto a economia brasileira cresceu à taxa de 8,6% a.a., a nordestina, à de 10,5%, a potiguar cresceu à taxa de 12,1%. No período seguinte, denominado de “primeira década perdida”, enquanto o Brasil e o Nordeste cresceram a taxas médias anuais de 1,6% e 2,7%, respectivamente, o Rio Grande do Norte teve seu produto expandindo-se à taxa de 3,2% a.a. Na década de 1990, caracterizada como “segunda década perdida”, sob mudanças de orientação liberal, o conjunto das atividades produtivas no Rio Grande do Norte continuou crescendo a taxas superiores ao Nordeste e ao Brasil. Assim, durante o período compreendido de 1970 a 2000, enquanto o Brasil e o Nordeste expandiram-se à média anual de 4,2% e 5,1%, respectivamente, a economia potiguar cresceu à taxa de 6,1%.

Tabela 1 – Taxas médias anuais de crescimento do PIB – RN, NE, BR. (1970-2000) (%)

UNIDADES	PERÍODOS			
	1970-1980	1980-1990	1990-2000	1970-2000
Rio Grande do Norte	12,1	3,2	3,2	6,1
Nordeste	10,5	2,7	2,2	5,1
Brasil	8,6	1,6	2,5	4,2

Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

Realizada essa abordagem geral da dinâmica econômica durante o período 1970-2000, é importante retornar ao início da década de 1970 para tratar de modo mais apropriado os efeitos modernizadores da estrutura econômica empreendida pelo Estado através de incentivos fiscais e financeiros.

No Rio Grande do Norte, a indústria extrativa mineral foi a primeira a se beneficiar da política de incentivos para promover em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970 um processo de modernização. Para que se possa aquilatar o impacto no aludido setor, basta mencionar que foi promovida a ampla modernização da atividade salineira envolvendo a parte meramente extrativa, através da substituição de instrumentos manuais por equipamentos mecânicos, a parte relativa ao transporte e a atinente à infraestrutura destinada ao escoamento do sal com a construção do Porto Ilha (Sousa, 2002; Palmeira Sobrinho, 2006). O efeito imediato desse processo no município de Macau, principal pro-

dutor do estado, foi um intenso processo migratório. Tal processo fez com que, nos três censos que se seguiram à mecanização salineira, a população macauense se apresentasse praticamente no mesmo nível registrado no ano de 1970³. Semelhante esforço modernizador foi realizado também na indústria de extração da scheelita em fins dos anos 1960, através da utilização dos incentivos fiscais concedidos pela SUDENE (Clementino, 1995).

Na década de 1970, seguindo o mesmo movimento modernizante, ocorreu a implantação de um polo industrial têxtil e de confecções na área da capital e do seu entorno, com o propósito de articulação à cotonicultura estadual. Assim, foram instalados empreendimentos industriais tais como Guararapes, Alpargatas, Soriedem, Seridó, Sparta, Borborema e T. Barreto, dentre outros. Estabelecidos sob patrocínio do poder público, esses empreendimentos foram responsáveis por parcela elevada da produção da indústria de transformação, bem como por considerável parte dos empregos nesse setor produtivo.

É importante destacar que ao longo dessa década prosseguiu a ampliação da chamada “nova indústria” do Nordeste, fundada principalmente em segmentos produtores de bens intermediários, constituindo a integração da estrutura produtiva nordestina à dinâmica da indústria sediada no Sudeste (Guimarães Neto, 1989). Então, torna-se claro o papel marginal e particular, no que concerne ao conteúdo da produção e à participação na divisão inter-regional do trabalho da indústria potiguar comparativamente a outros estados nordestinos. Entretanto, não se pode desconsiderar que, dada a pouca expressividade da estrutura produtiva preexistente, a implantação de novos segmentos industriais implicou alterações produtivas significativas no Rio Grande do Norte.

Um dos aspectos a ser considerado é que a presença da indústria têxtil esteve desde então marcada por considerável presença feminina no seu operariado, imprimindo sobretudo a Natal uma paisagem humana muito peculiar. Segundo Lopes Jr., a “paisagem [...] dominada por mulheres foi a produção culturalmente mais significativa da industrialização local” em um ambiente de “relações de trabalho marcadas pela repressão, patriarcalismo e machismo” (Lopes Jr., 2000, p. 36). É impor-

³ A população do citado município fora de 25.800 pessoas em 1970 e atingiu um universo de 25.700 pessoas no ano 2000.

tante acrescentar ainda que se tratava de um efetivo operário que auferia níveis salariais muito baixos quando comparados aos vigentes no mesmo setor em outras unidades da Federação, sobretudo nas sediadas no Sudeste do país. Vale registrar que uma das vantagens apresentadas pelo GTDN (1959) para a implantação de empreendimentos industriais no Nordeste era a vigência de baixos salários. No caso específico do Rio Grande do Norte, além dos incentivos oficiais, o baixo nível de organização sindical e os baixos salários foram decisivos para a implantação de empreendimentos no setor têxtil e de confecções.

Articuladamente à política de industrialização, foram também empreendidas ações voltadas para a construção habitacional, propiciando grande dinamismo à atividade da construção civil, na medida em que consistiu em oportunidade de empregos e de moradia para os contingentes populacionais que migraram para a capital estadual. Assim, no período compreendido entre 1970 e 1980, Natal tornou-se “cidade-modelo das políticas de habitação e ‘participação’ do regime” militar (Lopes Jr., 2000, p. 35). Nesse período, foram construídos vários conjuntos habitacionais na área norte de Natal, que passaram a ser denominados como pertencentes ao “outro lado do rio” em contraposição às áreas localizadas na parte sul do rio Potengi.

Simultaneamente ao processo de urbanização, foi ampliada a ação do poder público em todos os níveis de governo, principalmente em Natal e nos municípios mais próximos, para dar suporte às ações produtivas ocorridas no período através do atendimento de capital social básico, bem como para prover os bens de consumo coletivo demandados pela população crescente.

Além das atividades destacadas, é fundamental ressaltar que foi na década de 1970, em decorrência das ações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que o petróleo passou à condição de objeto de exploração, com a instalação da Petrobras no Rio Grande do Norte, no ano de 1976. Na realidade, a perfuração de poços nessa unidade federativa ocorreu na década de 1950. Entretanto, somente após a denominada primeira crise do petróleo, o Estado brasileiro empreendeu esforços decisivos para o provimento interno de combustíveis para atender à crescente demanda nacional, sendo esse o contexto que marcou a emergência e afirmação da atividade petrolífera no Rio Grande do Norte. É verdade que, além da expansão da atividade do petróleo, o

Rio Grande do Norte também logrou dinamismo na atividade canavieira, em decorrência do PROÁLCOOL, implicando modernização dessa atividade no litoral (Clementino, 1995, p. 264). Além dessas atividades, o Estado promoveu ações voltadas para possibilitar a fabricação de óleo de mamona, sabonetes, beneficiamento de caju e castanha, produtos plásticos e embalagens industriais (Palmeira Sobrinho, 2006). Portanto, o conjunto das atividades acima arroladas foi decisivo para as elevadas taxas de incremento da produção potiguar ao longo da década de 1970. Entretanto, o final dessa década consistiu em marco do encerramento de um longo período de expansão das atividades econômicas no Brasil e início de uma crise de longa duração caracterizada como de esgotamento do modelo de desenvolvimento que vigorara no país e de crise do desenvolvimentismo.

A crise dos anos 1980 teve repercussões de abrangência nacional e, no caso dos estados nordestinos, fizeram-se sentir em parte em decorrência de uma redefinição das ações da SUDENE, que passou por um processo de esvaziamento e de redução sistemática dos recursos utilizados para a promoção das atividades econômicas. Nessa década, embora tenha perdido dinamismo comparativamente à década precedente, a economia potiguar cresceu a taxa superior ao Brasil e ao Nordeste, e experimentou o quarto maior dinamismo dentre os estados nordestinos. Tal *performance* foi decorrente do fato de empreendimentos privados terem sido beneficiados ainda com recursos públicos segundo uma perspectiva de reforço da integração industrial do país, mas, sobretudo, visando à constituição de polos de dinamismo que possibilitassem o aproveitamento de oportunidades de inserção externa, de modo a melhorar a situação das contas externas do país. Esse contexto permite compreender a constituição e fortalecimento do polo de fruticultura irrigada Açu-Mossoró, a exemplo de outros polos que se afirmaram em outras unidades da Federação, em especial no Nordeste brasileiro.

No Rio Grande do Norte, as primeiras ações para o desenvolvimento da irrigação da agricultura ocorreram nos anos 1960 com a MAISA e posteriormente com a Fazenda São João. Porém, somente na década de 1980, a fruticultura irrigada se afirmou como uma das atividades econômicas mais dinâmicas do Rio Grande do Norte.

A conclusão da Barragem Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves, no início da década de 1980, constituiu-se em marco decisivo para a

constituição de uma agricultura irrigada e de cunho capitalista. Segundo Gomes da Silva, “a consolidação do movimento empresarial em direção ao Baixo-Açu deu-se no pós-85, caracterizando-se como um processo de apropriação privada do investimento público” (Gomes da Silva, 1999, p. 319). A produção da fruticultura irrigada no Rio Grande do Norte passou a ser desenvolvida a partir de capitais privados, com decisiva participação estatal através da construção ou financiamento de obras de infraestrutura, nas subzonas de Mossoró e do Vale do Açu. Ainda de acordo com Gomes da Silva, “as empresas agropecuárias que se instalam no polo adotam um elevado padrão tecnológico, principalmente pela adoção de métodos de irrigação sob pressão”, sendo a produção direcionada principalmente para o mercado externo (Gomes da Silva, 1999, p. 320). Assim, ainda que o conjunto da atividade agropecuária tenha experimentado, desde a década de 1970, perda de participação no conjunto da economia potiguar, a agricultura irrigada tem conseguido manter grande dinamismo e por isso os seus produtos passaram à condição de principal item da pauta de exportação do estado para outros países (Brasil, 2005).

Os anos 1980 foram também a temporalidade da afirmação da atividade turística no Rio Grande do Norte. Na realidade, desde princípio dos anos 1970, foram realizadas ações pelo governo estadual com vistas a tornar o turismo em alternativa de desenvolvimento para o estado (Lopes Jr., 2000, p. 38). Entretanto, foi necessário um longo período até que isso efetivamente ocorresse em meados dos anos 1980, e para tal foi decisiva a ação estatal através da realização de investimentos públicos e da transferência de terrenos a preços baixos para empresários estabelecidos no Rio Grande do Norte. Vale destacar que “o marco fundamental para a expansão da atividade turística local e a produção social de Natal como cidade turística foi a construção da via costeira” (Lopes Jr., 2000, p. 39). Entretanto, deve ser salientado que houve forte resistência ao projeto inicial da construção dessa obra, uma vez que eram claramente expressos os propósitos elitistas associados ao empreendimento. Ainda durante a década de 1990, a implantação do PRODETUR I seria fundamental para a montagem de infraestrutura viária para articular a cidade de Natal a outras cidades do litoral sul do estado, seguindo a linha da costa potiguar (Clementino, 2003). Deve-se também ressaltar que a atividade turística não envolve tão somente os deslocamentos

aéreos ou terrestres, a estada em hotéis e pousadas e a frequência a bares e restaurantes durante o “consumo de paisagens”. Na realidade potiguar, é visível a articulação existente com o capital imobiliário que se envolve desde a construção de obras de infraestrutura, até *shopping* e moradia para os participantes do turismo imobiliário. Portanto, para o bem ou para o mal, a ação do turismo não se encerra no circuito praia-sol.

No que concerne às atividades industriais, destaca-se que os investimentos direcionados à atividade petrolífera foram mantidos, por isso a produção apresentou trajetória crescente durante toda a década de 1980. Quanto à indústria de transformação, deve-se enfatizar que, embora se costume fazer alusão à reestruturação industrial no Brasil na década de 1990, no Rio Grande do Norte esse processo foi iniciado na década de 1980 com a chegada de grandes grupos no setor têxtil e de confecções. Um caso paradigmático disso foi a compra da empresa Seridó pela Coteminas no ano de 1984. A reestruturação então posta em curso em 1985 consistiu fundamentalmente na manutenção dos equipamentos existentes e na implantação de uma nova gestão da força de trabalho, que implicou a imediata dispensa de 1.360 trabalhadores num universo de 1.800, sendo os 540 remanescentes escolhidos segundo o critério da “ficha limpa” (Evangelista, 2000; Resende, 2000; Palmeira Sobrinho, 2006, p. 169).

Entretanto, deve-se ressaltar que a crise que acometia a indústria de transformação fez com que no âmbito do governo estadual fossem implementados programas com o propósito de garantir a acumulação de capitais através do favorecimento à permanência dos empreendimentos preexistentes, bem como à tentativa de atração de novas empresas. Quanto a esse aspecto, deve ser destacada a criação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI⁴) pela Lei n. 7.075, de 11 de outubro de 1985, com o propósito de apoiar o desenvolvimento industrial do estado.

⁴ O PROADI passou por algumas alterações, delineando ao longo do tempo como seus eixos fundamentais: “a atração de empresas, geração de emprego e renda, interiorização da produção industrial e integração econômica” (Garcia, 2007, p. 6). Com vistas à consecução do objetivo de manutenção/ampliação dos empreendimentos produtivos, são dois os estímulos no âmbito do Programa, quais sejam: o benefício fiscal, através do deferimento do recolhimento do ICMS, e a concessão financeira, a partir do financiamento do valor do imposto devido. Para além do Programa, o Estado promove a infraestrutura para a implantação de empresas nos Distritos Industriais.

Garcia (2007) elaborou estudo no qual procura demonstrar se os resultados obtidos com o PROADI são consentâneos com os objetivos propostos. Segundo o autor, embora não possa “ser considerado como um instrumento de política industrial no sentido de reestruturar ou fomentar a criação de novas formas de organização industrial no território potiguar”, o PROADI “continua sendo um importante instrumento para a atração de investimentos industriais” e, além disso, constituiu-se em “um instrumento de atração de investimentos cuja abrangência ultrapassou os limites da indústria”, ao incorporar atividades não contempladas anteriormente pelo programa, tais como empresas produtoras de derivados de cana-de-açúcar, fabricação de artefatos de concreto e cimento, extração mineral, aquicultura e pesca, dentre outras (Garcia, 2007, p. 35-36).

A exposição precedente buscou destacar as principais atividades econômicas existentes na economia do Rio Grande do Norte, no período anterior à década de 1970, para que se pudesse melhor compreender as âncoras da boa *performance* produtiva dessa unidade federativa comparativamente à região Nordeste e ao Brasil, a partir dessa década. Ademais, procurou mostrar que o citado dinamismo se baseou na reorganização ou reestruturação das atividades preexistentes, bem como em novas atividades que emergiram e se consolidaram, imprimindo “novas dinâmicas” à economia estadual. Desse modo, torna-se claro que as ações desenvolvidas para fazer face à perspectiva de crise na década de 1970, mas, sobretudo, para fazer o enfrentamento da crise dos anos 1980, foram fundamentais para a configuração da economia potiguar ao longo da década de 1990. Portanto, realizada a retrospectiva, pode-se abordar, em seguida, as atividades econômicas que conformaram a trajetória da economia do Rio Grande ao longo do período sob análise no presente estudo (1991-2000).

A economia potiguar na última década do século XX

Na última década do século XX, ao mesmo tempo em que houve afirmação de um modelo de desenvolvimento de cariz liberal, foi promovida também a eliminação da política de desenvolvimento regional vigente nos moldes do período desenvolvimentista. Assim, o novo con-

texto ficou marcado essencialmente pela vigência de políticas horizontais, significando que a atividade industrial que fora alvo da política de desenvolvimento perdeu importância comparativamente a atividades que apresentassem perspectivas de constituição de polos dinâmicos. Esta foi a visão justificadora das políticas de incentivo à agricultura irrigada e à ênfase dada ao desenvolvimento do segmento turístico em estados nordestinos. Portanto, este foi o quadro mais geral que emoldurou a trajetória da economia do Rio Grande do Norte na década de 1990.

No período em pauta, correspondente à denominada segunda década perdida para a economia brasileira, a economia potiguar cresceu a uma média anual de 3,7%, portanto, superior às congêneres nordestina e brasileira que se expandiram às taxas de 2,6% e de 2,8%, respectivamente. Porém é necessário fazer a ressalva de que a aludida *performance* ocorreu em contexto de um novo padrão de crescimento: um padrão de crescimento instável e de baixo dinamismo (Amitrano, 2006).

Embora a Tabela 2 apresente a série do Produto Interno Bruto para todos os anos do decênio que vai de 1991 a 2000, serão destacados apenas aspectos gerais sobre a composição do produto segundo os três grandes setores econômicos do Rio Grande do Norte. Com base na referida tabela, constata-se que, no início da década de 1990, a economia potiguar encontrava-se fortemente ancorada nas atividades terciárias e industriais, e com a atividade agropecuária apresentando-se irrisória, ao menos no que concerne à sua importância para a composição do PIB estadual. Tal situação relativa foi a mesma que se verificou no final da década. Assim, vale destacar que a participação da *agropecuária* na composição do produto estadual declinou de 8,6% para 2,6%. O *terciário*, por sua vez, perdeu importância relativa de 57% para 56%. De outra parte, a indústria teve a participação ampliada de 35% para 42%. A trajetória descrita, certamente, é reveladora de que a economia e a sociedade potiguar tiveram existência situada principalmente na capital estadual ou em municípios situados no seu entorno, afirmando o processo de urbanização preexistente e constituindo um processo de metropolização em curso ao longo a década.

Tabela 2 – Rio Grande do Norte – PIB anual – R\$ de 2000 (1991-2000)

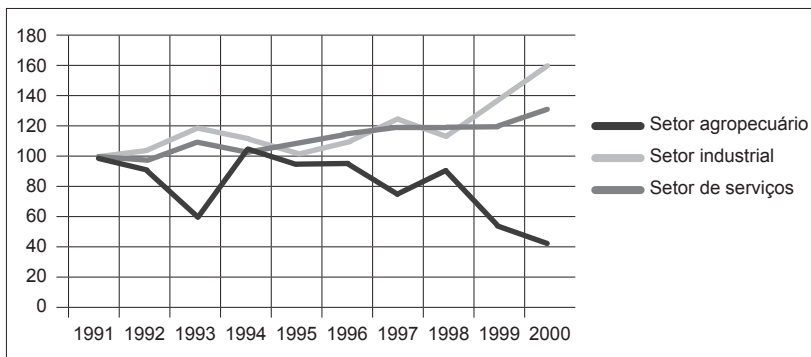
SETORES	ANOS									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Setor agropecuário	536.715	482.399	315.098	560.838	508.905	507.823	394.251	483.567	283.162	222.604
Setor industrial	2.237.372	2.329.187	2.662.458	2.504.813	2.275.784	2.438.047	2.797.702	2.526.558	3.098.658	3.578.460
Setor de serviços	3.634.957	3.562.865	4.015.269	3.764.211	3.995.872	4.193.226	4.366.052	4.374.562	4.363.193	4.780.651
Rio Grande do Norte	6.409.044	6.374.451	6.992.825	6.829.862	6.780.561	7.139.096	7.558.005	7.384.687	7.745.013	8.581.715

Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

As trajetórias setoriais podem ser mais bem visualizadas a partir do Gráfico 1, apresentado a seguir. A ideia é apresentar o movimento do produto setorial ao longo da década, tomando-se o ano de 1991 como base (1991 = 100). O que se pode constatar é que os três setores apresentaram trajetórias cíclicas ao longo da década de 1990, porém com tendência declinante da atividade agropecuária e ascendente das atividades terciária e industrial. O destaque a ser feito acerca de tais trajetórias é que o movimento ascendente foi muito mais intenso no setor industrial, razão pela qual esse setor ganhou participação na produção estadual, enquanto o terciário apresentou pequeno declínio relativo.

Conforme já aludido, o modelo em vigor na década de 1990 condicionou baixo dinamismo para a economia do país tomado conjuntamente, bem como para as suas unidades federativas. O Rio Grande do Norte não foi exceção à regra, embora tenha apresentado maior dinamismo do que o Nordeste e o Brasil. Entretanto, deve ser destacado que, em ambiente marcado pela ausência de ações estatais de amplitude nacional que imprimissem vigor à atividade econômica, as ações mais voltadas para a economia foram realizadas pelo poder estadual e, além destas, ações foram exercidas com a mediação do mercado e de instituições representativas de distintos segmentos sociais.

Gráfico 1 – Rio Grande do Norte – Índice do PIB segundo os grandes setores produtivos (1991-2000)



Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

O pífio desempenho da atividade agropecuária⁵ certamente teria sido muito pior não fosse a continuidade do Programa do Leite, que, ao cobrir a totalidade dos municípios do estado, assegurou a sobrevivência da atividade. Além disso, o setor agropecuário ancorou-se, em parte, no mercado externo para escapar à completa derrocada. Os melhores exemplos de inserção externa na década de 1990 foram os dos frutos tropicais cultivados em áreas irrigadas e dos produtos de origem aquícola, tais como espécies capturadas em águas profundas e o camarão criado em cativeiro. Ainda se pode acrescentar que o movimento do produto da *agropecuária* potiguar foi, em boa medida, expressão de uma agricultura pouco tecnificada, cuja trajetória se apresenta oscilante e com variações bruscas em períodos de seca, como foi o caso do final da década.

Certamente chama a atenção o fato de o setor industrial ter sido aquele que se apresentou mais dinâmico, em contexto marcado pelo esvaziamento da política de desenvolvimento regional. Na realidade, embora não se possa dizer que o Rio Grande do Norte dispôs de uma política industrial no período, é fato que o setor teve no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI)⁶, mantido e incrementado no período, o principal instrumento para atração de investimentos para o segmento da indústria de transformação. Portanto, a via da “guerra fiscal” constituiu-se em instrumento que propiciou ao estado do Rio Grande do Norte a atração dos empreendimentos que participaram do processo de realocização em curso no país, no período em pauta. Além disso, os segmentos do extrativismo mineral continuaram com participação fundamental para a constituição do produto total do setor industrial.

O setor terciário potiguar manteve a característica de setor induzido pelo processo de urbanização na década de 1990⁷. Assim, as distintas esferas governamentais foram forçadas a manter e incrementar os empregos na administração pública, como forma de responder às demandas

⁵ Sobre a agropecuária potiguar na década de 1990, ver, entre outros, os trabalhos de Alves (2000), Lima (2000) e Garcia (2001).

⁶ Sobre o papel do PROADI para a indústria potiguar nos anos 1990, ver, entre outros, os trabalhos de Duarte (2000), Garcia (2007), Araújo (2010, 2012).

⁷ Sobre o setor terciário do Rio Grande do Norte na década de 1990, especialmente da Região Metropolitana de Natal, ver, entre outros, o trabalho de Silva (2008).

impostas pelo aumento da urbanização, não obstante a vigência de um modelo de desenvolvimento que se baseou em processo de desestatização e que em parte se traduziu em desnacionalização da economia brasileira. Ademais, vários outros segmentos integrantes do terciário expandiram-se também em decorrência do próprio processo de urbanização, sobretudo os segmentos dos serviços distributivos e pessoais. Na verdade, é preciso ressaltar que a ação articulada do poder público através do provimento de infraestrutura e de crédito subsidiado constituiu-se, efetivamente, em elemento indutor do segmento turístico no período. Entretanto é necessário destacar que era praxe, no período, superdimensionar, particularmente através da mídia, os resultados das políticas voltadas para tal segmento econômico.

Apresentados alguns elementos sobre as trajetórias dos três grandes setores da atividade econômica, aborda-se, a seguir, sucintamente as trajetórias dos segmentos que integram as atividades industrial e terciária, conforme a fonte utilizada possibilita.

No setor industrial, pode-se verificar, a partir da Tabela 3 e do Gráfico 2, que a *indústria de transformação* do Rio Grande do Norte foi o segmento industrial com a maior participação no total da indústria estadual e, ao mesmo tempo, o que apresentou o nível de produção com as menores oscilações, e, portanto, com o produto com nível mais estável durante a década de 1990. Por esse motivo, perdeu participação na indústria estadual, enquanto os demais segmentos ampliaram suas participações ao longo do período.

É facilmente perceptível, a partir do Gráfico 2, que a melhor *performance* expansiva ocorreu no segmento dos *serviços industriais de utilidade pública* (eletricidade, gás e água), porém trata-se daquele com menor importância na indústria estadual, portanto o ponto de partida era muito baixo. A *indústria extrativa*⁸ e a *indústria da construção civil* apresentaram dinâmicas semelhantes para o conjunto do período, e a trajetória da segunda apresentou flutuação bem maior do que a primeira. Ao fim da década, os três segmentos ampliaram a participação na produção industrial do Rio Grande do Norte, ao mesmo tempo em que a indústria de transformação experimentou regressão relativa. O que se constata é que,

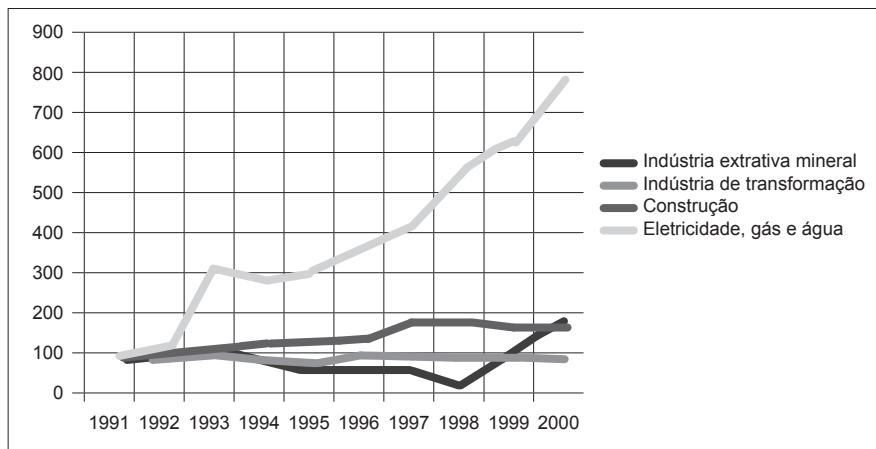
⁸ Sobre a indústria extrativa mineral do Rio Grande do Norte, em particular sobre a Petrobras, ver, entre outros, os trabalhos de Rodrigues Neto (2007, 2010).

Tabela 3 – Rio Grande do Norte – PIB anual segundo os segmentos industriais – R\$ de 2000 (1991–2000)

SEGMENTOS INDUSTRIAIS	ANOS									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Indústria extrativa mineral	703.472	754.229	885.180	689.109	467.045	482.764	522.528	204.060	846.765	1.275.843
Indústria de transformação	818.234	794.660	893.010	752.521	707.133	822.298	809.175	805.605	843.054	795.716
Construção	672.478	726.381	746.341	936.820	966.051	971.092	1.281.942	1.271.061	1.135.288	1.168.720
Eletricidade, gás e água	43.187	53.917	137.928	126.363	135.554	161.892	184.056	245.833	273.551	338.181

Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

Gráfico 2 – Rio Grande do Norte – Índice do PIB segundo os segmentos industriais (1991-2000)

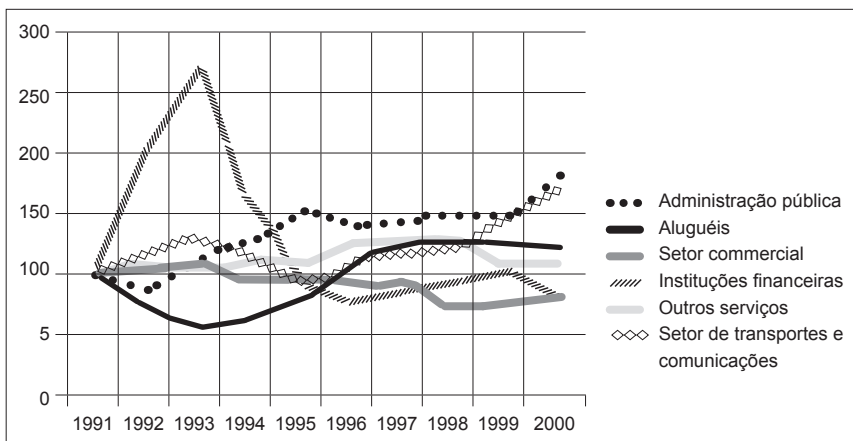


Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

nos serviços industriais de utilidade pública, o volume produzido aumentou consideravelmente, em boa medida, à base da recomposição de tarifas e ações racionalizadoras que se traduziram em redução dos quadros profissionais, sem que tenham sido realizados grandes investimentos. No segmento extrativo a flutuação da atividade esteve associada principalmente aos investimentos realizados pela Petrobras e às flutuações da demanda. A construção civil, por sua vez, respondeu à pressão de demanda decorrente do próprio processo de urbanização e à demanda por imóveis exercida por estrangeiros durante a década. A indústria de transformação, embora tenha sido ultrapassada pelos segmentos extrativo e dos serviços industriais de utilidade pública, teve o nível do produto mantido constante principalmente pela participação do Rio Grande do Norte na denominada guerra fiscal.

A partir do Gráfico 3 é possível constatar que, no setor terciário, três segmentos – *administração pública, serviços de transportes e comunicações e aluguéis* – apresentaram movimento crescente do “valor produzido”, um segmento – o de *outros serviços* – apresentou relativa constância e os outros dois – *setor comercial e instituições financeiras* – apresentaram movimento de declínio durante a década de 1990.

Gráfico 3 – Rio Grande do Norte – Índice do PIB segundo os segmentos integrantes do terciário (1991-2000)



Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

Em que pese a política de redução do tamanho do Estado ao “mínimo possível” vigente em âmbito nacional durante toda a década de 1990, a *administração pública*, ao final do período, teve a sua importância relativa no valor do “produto” do terciário potiguar ampliada. A participação relativa de tal segmento em 2000 se aproximou de metade do valor do PIB do terciário potiguar. A magnitude de tal importância suplantou a importância do mesmo segmento em âmbito nacional, de modo que ações minimalistas não puderam atingir de modo decisivo a administração pública sob pena de causar problemas econômicos e sociais de grande profundidade no Rio Grande do Norte, pois trata-se de uma unidade federativa fortemente ancorada no terciário e, em especial, no setor público. As magnitudes do valor produzido e as participações relativas no PIB terciário potiguar podem ser constatadas na Tabela 4.

O segmento que presta serviços de locação de bens móveis e imóveis, e por isso aufer *aluguéis*, foi o que apresentou a segunda maior participação relativa no terciário potiguar tanto no início, quanto no final da década de 1990, embora tenha perdido tal posição na primeira metade da década. Os *serviços de transportes e comunicações* tiveram a segunda melhor *performance* no período, de modo a sair da última posição em 1991 e praticamente ficar em posição empatada com *outros serviços* em 2000. Os segmentos do *comércio* e das *instituições financeiras* foram os que experimen-

Tabela 4 – Rio Grande do Norte – PIB anual segundo os segmentos do terciário – R\$ de 2000 (1991–2000)

SEGMENTOS DE SERVIÇOS	ANOS									
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Administração pública	1.318.496	1.093.080	1.459.809	1.603.896	1.895.246	1.824.151	1.837.328	1.896.986	1.891.622	2.328.043
Aluguéis	769.366	545.338	406.218	431.576	591.962	842.030	948.990	961.966	933.222	909.818
Sector comercial	520.153	526.818	555.371	467.716	495.059	463.088	464.822	364.127	391.583	402.524
Instituições financeiras	293.737	590.900	776.486	464.882	269.703	224.149	248.326	271.274	290.681	220.009
Outros serviços	459.263	494.375	470.630	482.531	495.039	551.072	556.507	555.016	466.365	467.604
Sector de transportes e comunicações	273.942	312.355	346.756	313.611	248.864	288.735	310.079	325.193	389.721	452.653

Fonte dos dados básicos: IPEADATA, 2004.

taram reduções mais intensas no “valor real do produto” e, por esse motivo, o primeiro segmento saiu da terceira para a quinta posição, enquanto o segundo saiu da penúltima para a última posição entre 1991 e 2000. Eventos relevantes relacionados à trajetória desse segmento econômico foram a privatização no segmento da telefonia, a presença de capitais forâneos nos segmentos financeiro e comercial e a proliferação de empreendimentos informais principalmente no comércio e nos serviços pessoais.

As dinâmicas dos segmentos produtivos e de prestação de serviços do Rio Grande do Norte, conforme abordado anteriormente, ocorreram dentro dos condicionantes mais gerais estabelecidos para a economia e a sociedade brasileiras, mas também em consonância com as possibilidades apresentadas pelas ações do poder público local e as relações de poder vigentes em decorrência de fatores estruturais, bem como da fragilidade adicional que recaiu sobre os trabalhadores em decorrência do fraco desempenho econômico, bem como do aumento da flexibilidade das relações de trabalho. Assim, é com base nessa perspectiva que, a seguir, busca-se apreender o processo de reestruturação nos segmentos produtivos e de prestação de serviços no Rio Grande do Norte durante a década de 1990, tomando por base o número e a proporção dos estabelecimentos e dos empregos formalizados segundo o tamanho das empresas.

O aspecto mais geral que deve ser destacado é o grande incremento ocorrido no número de estabelecimentos comparativamente ao número de empregos no Rio Grande do Norte, na década de 1990. Essa informação geral é, em última instância, reveladora da proliferação dos microempreendimentos e pequenos empreendimentos⁹, que, além de utilizarem reduzido número de empregados, o fizeram principalmente com o pagamento simultâneo de baixos salários. Os dados constantes da Tabela 5 dão evidência à afirmação precedente, pois os microestabelecimentos e pequenos estabelecimentos que representaram aproximadamente 96% dos estabelecimentos em 1991 tiveram a participação elevada em 2000 para 98%, enquanto nos respectivos anos a participação dos grandes estabelecimentos foi reduzida de 0,7% para 0,3%.

⁹ A classificação aqui adotada é a utilizada por vários estudos, dentre os quais se destaca o elaborado por Menezes e Silva (2006). Assim, os estabelecimentos foram classificados do modo a seguir: microempresa – unidade que empregou até 19 pessoas; pequena empresa – unidade que apresentou de 20 a 99 empregados; média empresa – empreendimento que empregou de 100 a 499 pessoas; e grande empresa: empreendimento com 500 ou mais empregados, com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE).

Tabela 5 – Estrutura produtiva do Rio Grande do Norte – Total e composição dos estabelecimentos e do emprego segundo o tamanho das empresas (1991, 2000)

Estabelecimento/emprego segundo o tamanho do estabelecimento	SETORES ECONÔMICOS										Total	
	Extraativa mineral	Indústria de transformação	Serv. industr. utilid. pública	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuárias, extrativismo, etc	Outros/ignorado			
1991												
Nº de estabelecimentos	45	1.038	108	383	3.533	2.706	268	123	899	9.103		
% estab./tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Micro	68,9	83,7	85,2	80,7	95,2	85,4	31,7	84,6	90,0	87,6		
Pequeno	22,2	10,6	11,1	13,6	4,1	11,3	16,0	8,1	7,5	8,3		
Médio	8,9	4,2	1,9	5,7	0,7	2,8	43,3	4,9	2,1	3,4		
Grande	–	1,4	1,9	–	0,0	0,5	9,0	2,4	0,4	0,7		
Nº de empregos	2.076	36.188	4.770	8.154	21.062	52.990	114.250	5.944	20.927	266.361		
% emprego/tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Micro	7,9	10,5	8,9	12,9	53,0	18,5	0,4	7,0	13,4	11,3		
Pequeno	23,0	12,6	10,3	31,6	26,6	23,0	2,0	7,0	12,5	11,7		
Médio	69,1	27,9	10,0	55,5	17,9	29,4	20,5	21,4	23,1	24,6		
Grande	–	49,0	70,8	–	2,5	29,2	77,1	64,6	51,1	52,4		
2000												
Nº de estabelecimentos	146	1.924	162	1.439	8.292	6.471	353	670	–	19.457		
% estab./tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0		
Micro	62,3	82,5	87,7	90,3	96,5	90,4	39,9	85,8	–	90,9		
Pequeno	30,1	14,8	8,6	8,1	3,1	8,0	12,2	10,6	–	6,9		
Médio	6,8	2,2	3,1	1,5	0,3	1,4	40,2	2,8	–	1,8		
Grande	0,2	0,5	0,6	0,1	0,0	0,2	7,6	0,7	–	0,3		
Nº de empregos	4.779	40.775	2.871	13.812	41.681	73.412	122.629	15.529	–	315.488		
% emprego/tam. estab.	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	–	100,0		
Micro	12,6	19,5	18,5	30,2	64,2	30,2	0,5	11,7	–	20,5		
Pequeno	34,4	26,2	19,1	33,4	22,4	27,9	1,9	21,4	–	16,8		
Médio	41,3	21,3	41,4	31,3	11,7	25,5	24,5	24,4	–	23,3		
Grande	11,6	32,9	21,0	5,0	1,6	16,3	73,1	42,5	–	39,4		

Fonte dos dados básicos: Brasil, 1991, 2000.

A distribuição dos empregados segundo os tamanhos dos estabelecimentos, diferente do que ocorreu com o número de estabelecimentos, apresentou-se com frequência muito maior nos estabelecimentos de maior porte, ou seja, aqueles com o número de empregados igual ou superior a 500. Entretanto, a citada distribuição também registra, de um lado, o aumento da participação dos empregos nos estabelecimentos de tamanho micro de 11% para aproximadamente 21% e, de outro, a expressiva redução de 52% para 39% dos empregos nos grandes estabelecimentos. Acrescente-se às informações anteriores o fato de que o salário médio do empregado potiguar foi reduzido de 5,39 para 3,25 salários mínimos, o que torna inequívoca a afirmação de que o processo de reestruturação do conjunto dos empreendimentos formais no Rio Grande do Norte ocorreu com o aumento do rigor sobre os empregados.

Os dados apresentados anteriormente dão clara indicação de que a precarização que vigorou no Brasil, nos anos 1990, encontrou no Rio Grande do Norte solo fértil para disseminação, pois ao longo de apenas uma década houve considerável redução do tamanho médio dos estabelecimentos, ao mesmo tempo em que proliferaram os estabelecimentos de menor porte e reduziram proporcionalmente os de grande porte. Porém a maior evidência de regressão no mercado de trabalho foi explicitada pela redução do salário médio, refletindo a fragilidade dos trabalhadores potiguares para fazerem o enfrentamento do capital no período. Todo esse movimento, de um modo geral, foi seguido em escalas diferentes pelos diversos segmentos econômicos do Rio Grande do Norte.

A exposição, a seguir, focará os segmentos econômicos, com destaque para a parcela dos estabelecimentos segundo o porte e a proporção de trabalhadores conforme o tamanho do estabelecimento, além da importância de cada um dos segmentos para a geração de empregos no Rio Grande do Norte. Assim, o primeiro segmento econômico destacado é o da *administração pública*. Esse segmento, em flagrante contraste com a realidade dos demais setores econômicos do Rio Grande do Norte, apresentou amplo predomínio dos estabelecimentos de grande porte durante toda a década. Além disso, apesar de o emprego público haver crescido abaixo do crescimento vegetativo da população estadual e de a *administração pública* haver perdido importância relativa na composição

do emprego no período, ainda assim no ano 2000 participou com quase 40% do total dos empregos formais no estado.

O segmento dos *serviços* constituiu-se no segmento terciário com a segunda maior participação na composição do emprego, tendo esta atingido aproximadamente 23% do total dos empregos formais no final da década. Esse setor experimentou a elevação da proporção dos microestabelecimentos e pequenos estabelecimentos, que atingiu 98%, e, ao mesmo tempo, a redução da parcela dos grandes empreendimentos, que representou apenas 0,2% do total dos estabelecimentos ao final da década de 1990. Além disso, experimentou uma grande redução proporcional dos empregos nos grandes estabelecimentos de 29% para 16% do início ao final da década. Assim, se no conjunto é incontestável a ampliação do segmento dos *serviços* na composição do emprego, alguns setores experimentaram consideráveis reduções no número absoluto dos empregos. Um segmento exemplar a esse respeito foi o *bancário*, que, em decorrência de um processo de reestruturação baseado principalmente na incorporação de tecnologias de base informacional, seguindo um movimento de amplitude nacional, experimentou redução dos empregos de 4.737 para 2.960 empregados de 1991 a 1997 (DIEESE, 1998). Um fenômeno característico do segmento em pauta foi a disseminação da informalidade que escapara à fonte em uso no presente estudo. O segmento do *comércio* permaneceu marcado pela presença dos microestabelecimentos e pequenos estabelecimentos e logrou a ampliação de participação tanto no total dos estabelecimentos quanto no número de empregos, bem como das relações informais.

No setor industrial, destaca-se a princípio o segmento que apresentou o maior incremento do número de empregos – o *extrativo mineral*. Trata-se também de um setor no qual predominaram os pequenos e médios estabelecimentos durante toda a década. No que concerne à composição do emprego, é importante destacar que o conjunto médios/grandes estabelecimentos perdeu participação, tendo esta sido reduzida de 69%, em 1991, para 53%, em 2000. Os dados revelam que a *construção civil* experimentou um dos mais expressivos incrementos do número de estabelecimentos, e estes foram principalmente de porte micro e pequeno. Nestes, concentrou-se também a maior parcela dos empregos gerados no período. À semelhança da indústria extrativa, a participação na composição do emprego industrial foi muito reduzida comparativa-

mente à participação na formação da produção. A *indústria de transformação*, embora tenha apresentado significativo incremento no número de estabelecimentos, logrou a redução de participação relativa na composição dos estabelecimentos, tendo ocorrido o mesmo na composição do emprego. Ao final da década, como no início, continuou como um segmento industrial com predomínio dos estabelecimentos de menor porte. Porém é importante destacar que houve uma ampliação considerável no número dos pequenos estabelecimentos, enquanto nos demais portes ocorreram reduções na participação. Quanto ao emprego, merece ser destacada a ocorrência de acentuada redução dos grandes e o acentuado aumento dos pequenos empreendimentos na sua composição. Aqui merece ser evidenciado que o setor têxtil e de confecções, o principal dentre os que integram a indústria de transformação, experimentou um acentuado processo de reestruturação pela via da terceirização, incorporando pequenos produtores, em situação de informalidade, ao circuito da produção, provocando intensa queda nos níveis salariais vigentes nessa indústria. Destaca-se que o segmento dos *serviços industriais de utilidade pública*, embora tenha apresentado incremento do número de estabelecimentos ao longo da década, foi o único dentre os oito que integram a Tabela 5 em que ocorreu redução absoluta dos empregos, sendo tal redução de aproximadamente 40%. Dado o peso do serviço de distribuição de energia nesse segmento e considerando-se a privatização da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN), torna-se claro que a reestruturação pós-privatização foi a principal razão da “queima” de empregos ocorrida no setor, ao mesmo tempo em que aconteceu um movimento monotonicamente ascendente de participação do segmento na composição do Produto Interno Bruto da indústria estadual.

O último segmento objeto de destaque é a atividade *agropecuária*. Esta foi a atividade em que se efetivaram os maiores acréscimos tanto no número de estabelecimentos, quanto no de empregos. No que concerne aos estabelecimentos, constata-se que os de pequeno porte foram aqueles que lograram aumento de participação na composição dos estabelecimentos, enquanto no que concerne à participação dos estabelecimentos na composição do emprego, apenas os de grande porte perderam posição (uma retração de 65% para 43% dos empregos da agropecuária). Não obstante a regressão produtiva nesse segmento pro-

duto e a consequente perda de participação na produção estadual, a inserção externa através da fruticultura irrigada e da atividade pesqueiro-aquícola certamente foi decisiva para a ampliação do assalariamento na agropecuária estadual. Por fim, pode-se afirmar que não restam dúvidas de que o Rio Grande do Norte apresentou um quadro econômico relativamente menos dramático comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, na década de 1990.

Considerações finais

Nas três últimas décadas do século XX, a economia potiguar apresentou-se mais dinâmica, comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, em contexto de mudança de “modelo” de desenvolvimento em âmbito nacional. No âmbito do modelo desenvolvimentista, em particular na década de 1970, o Rio Grande do Norte experimentou expressivo processo de industrialização e de urbanização, tendo parte considerável da sua estrutura produtiva e da sua população se concentrado na capital estadual e no seu entorno, ao mesmo tempo em que ocorreu crise de culturas “tradicionais”. Nos anos 1980, em que pese a crise pela qual passou a economia brasileira, no Rio Grande do Norte o amadurecimento de investimentos realizados no âmbito do II PND e as políticas implementadas por iniciativa dos governos estaduais induziram uma trajetória diversa daquela que teve vigência em âmbito nacional. Além das ações indutoras das atividades econômicas, as vantagens comparativas decorrentes da existência de excedente estrutural de força de trabalho e o consequente baixo nível de organização sindical e de salários vigentes constituíram-se elementos adicionais para atração de investimentos. Entretanto, a ressalva a ser feita é que, do ponto de vista dos indicadores sociais, o Rio Grande do Norte continuou uma das unidades federativas com péssimos indicadores, que se expressaram em baixos níveis salariais e elevada concentração de renda.

A década de 1990, por sua vez, caracterizou-se pela suplantação do desenvolvimentismo e afirmação de um modelo de cunho efetivamente liberal, a partir de uma conjugação de políticas que envolveu abertura comercial e financeira, processo de liquidação do patrimônio público, redução da participação do Estado na economia e desregulamen-

tação e desestruturação do mercado de trabalho, induzindo forte reestruturação das empresas, desverticalização produtiva e deslocalização de unidades de produção. Nesse contexto em que os condicionantes gerais do modelo em curso se mostraram adversos para o nível da atividade econômica, bem como para a trajetória do mercado de trabalho e para as condições de vida, a economia do Rio Grande do Norte apresentou resultado, ao menos no que concerne ao crescimento econômico, comparativamente melhor do que as médias regional e nacional.

Ao se lançar o foco especificamente sobre a atividade agropecuária, constata-se que esta se apresentou em declínio e, ademais, pouco expressiva como proporção da produção total. De outra parte, os segmentos da indústria e dos serviços ampliaram suas participações na composição da produção do Rio Grande do Norte, reforçando o modelo urbano-industrial e de prestação de serviços gestado a partir da década de 1970. Deve-se ressaltar que, apesar da vigência de um modelo de cunho liberal em âmbito nacional, as ações dos governos do estado, de algum modo, contrarrestaram os efeitos de tal política, pois a agropecuária sobreviveu, em parte, em decorrência de políticas específicas voltadas ao setor.

O setor industrial, por sua vez, na ausência de políticas de desenvolvimento regional, passou a depender primordialmente do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), caracterizado segundo a literatura especializada como parte integrante da “guerra fiscal” vigente no país, nos anos 1990. Ademais, a indústria extrativa mostrou-se fortemente dependente dos investimentos da Petrobras, porém em contexto de forte reestruturação dessa empresa, caracterizado principalmente pela terceirização de atividades. Deve-se ainda destacar, no âmbito do setor industrial, que os serviços industriais de utilidade pública foram fortemente impactados pela privatização da COSERN, o que se traduziu em demissão de elevado contingente de trabalhadores anteriormente muito bem remunerados, considerando-se a realidade estadual.

O terciário que se caracteriza pela aglutinação de grande diversidade de atividades ampliou sua participação no valor da “produção” e das ocupações. Alguns destaques de segmentos pertencentes a esse setor são importantes. Assim, ressalta-se que parte dos serviços distributivos, em particular os vinculados à atividade comercial, ficaram marcados por ingresso de empresas de capital estrangeiro em decorrência de aquisições,

bem como de grupos oriundos de outras unidades da Federação, ao mesmo tempo em que houve intensa expansão do comércio em situação de informalidade. Quanto aos serviços sociais, destaca-se, em primeiro lugar, o fato de que, seguindo um movimento de amplitude nacional, os serviços de saúde e de educação foram amplamente incrementados comparativamente ao provimento realizado pelo setor público. Um outro segmento dos serviços sociais que merece destaque é o da administração pública. É importante pôr em relevo que, nesse segmento, as esferas municipal e estadual apresentaram trajetória distinta da apresentada pela esfera federal, de modo que o emprego público manteve considerável relevância para a composição do total de empregos e para as remunerações no estado do Rio Grande do Norte.

Por fim, pôde-se constatar, a partir da exposição precedente, que a trajetória socioeconômica do Rio Grande do Norte se materializou ao longo das três últimas décadas do século XX, tendo como condicionantes o contexto mais geral do capitalismo e distintos modelos de acumulação de riqueza vigentes no Brasil e, ao mesmo tempo, ações realizadas por agentes locais, particularmente do setor público, com vistas à intensificação do aproveitamento ou à atenuação dos efeitos dos condicionantes mais gerais, conforme se mostrassem favoráveis ou adversos. Além disso, as evidências são reveladoras de que elementos estruturais, tais como a existência de excedente estrutural de força de trabalho e baixos níveis de organização sindical e salarial, constituíram, em todo o período, fator de atração de investimentos em segmentos produtivos dependentes de força de trabalho a baixo custo.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ALVES, Markell Ferreira. *A evolução do setor agropecuário do Rio Grande do Norte entre 1985 e 1996*. Natal: UFRN, 2000. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas da UFRN).
- AMITRANO, C. R. O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

- ARAÚJO, Denílson da Silva. *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940/2006)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI), o processo de industrialização e a criação de empregos (1985/00). *RERUT*, v. 1, n. 1, jan.-jun. 2012.
- AZEVEDO, Francisco Fransualdo de; PESSÓA, Vera Lúcia Salazar. O Programa do Leite no Rio Grande do Norte e a reprodução político-oligárquica regional. III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Disponível em <<http://aliceweb.develop.gov.br/default.asp>>. Acesso em 3 maio 2005.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* (CD). Brasília: MTE, 1991.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)* (CD). Brasília: MTE, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, p. 148-155, out.-dez. 1995.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP/IE, 2002.
- CARVALHO, Ruy de Quadros. *Tecnologia e trabalho industrial: as implicações sociais da automação microeletrônica na indústria automobilística*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- CHAVES, Luciano Athayde. *Trabalho, tecnologia e ação sindical: a condição bancária no panorama da acumulação flexível*. São Paulo: Annablume, 2005.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *O maquinista do algodão*. Natal: EDUFRN, 1986.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Economia e urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. Rio Grande do Norte: novas dinâmicas mesmas cidades. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio; GALVÃO, Antônio Carlos (org.). *Regiões e cidades: cidades nas regiões*. São Paulo: ANPUR, 2003.
- DIEESE. *Caderno Linha Bancários*. São Paulo: DIEESE, 1998.
- DRUCK, Maria da Graça. *Terceirização: (des)fordizando a fábrica, um estudo do complexo petroquímico*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- DUARTE, Francisco Wellington. *A indústria de transformação do Rio Grande do Norte nos anos 90: o PROADI como indutor do processo de desenvolvimento industrial do estado*. Natal: UFRN, 2000 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFRN).
- EVANGELISTA, João Emanuel. *Tear de homens: relações de poder em fábricas têxteis*. Natal: EDUFRN, 2000.

- FELIPE, José Lacerda Alves; CARVALHO, Edílson Alves de. *Economia do Rio Grande do Norte: estudo geo-histórico e econômico*. João Pessoa: Grafset, 2002.
- FILGUEIRAS, Luiz. *Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura econômica*. Disponível em <http://www.desempregozero.org.br/ensaios/projeto_politico_e_modelo_economico_neoliberal.pdf>. Acesso em 2007.
- GARCIA, Odair Lopes. *A evolução da economia do Rio Grande do Norte: 1970/1999*. Natal: Departamento de Economia/UFRN, 2001 (Relatório de Pesquisa, mar. 2001).
- GARCIA, Odair Lopes. *Análise dos efeitos do Programa de Incentivo à Industrialização (PROADI) sobre a estrutura industrial e a receita tributária do estado*. Natal: Governo do RN/Secretaria de Tributação/PNUD, dez. 2007.
- GOMES DA SILVA, Aldenôr. Trabalho e tecnologia na produção de frutas irrigadas no Rio Grande do Norte – Brasil. In: CAVALCANTI, Josefa Salette Barbosa (org.). *Globalização, trabalho e meio ambiente*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1999, p. 307-339.
- GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Oficial, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FUNDAJ/Massangana, 1989.
- IPEADATA. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 12 dezembro 2004.
- LEITE, Márcia de Paula. *O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária*. São Paulo: Scritta, 1994.
- LEITE, Márcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- LIMA, Luís Eduardo Azevedo de. *Dinâmica expansiva e aspectos distributivos e sociais da economia do Rio Grande do Norte (1970-1998)*. Natal: UFRN, 2000 (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas da UFRN).
- LOPES JÚNIOR, Edmilson. *A construção social da cidade do prazer*. Natal. Natal: EDUFRN, 2000.
- MENEZES, José Fernandes de; SILVA, Agenor Cordeiro da. Natalidade e mortalidade das empresas em Pernambuco. In: MACAMBIRA, Júnior (org.). *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006, p. 341-360.
- PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. *Reestruturação produtiva e terceirização: o caso dos trabalhadores das empresas contratadas pela Petrobras no RN*. Natal: UFRN, 2006, (Tese de Doutorado em Ciências Sociais da UFRN).
- RESENDE, Vanusa Alves. *Modelos produtivos e competitividade: o caso Coteminas S. A.* Natal: UFRN/PPGCS, 2000 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFRN).
- RODRIGUES NETO, J. *A expectativa do petróleo: aspectos históricos do Rio Grande do Norte*. Campinas: UNICAMP, 2007 (Tese de Doutorado em Economia Aplicada da UNICAMP).

- RODRIGUES NETO, J. A atividade petrolífera como fator de transformações da economia e da estrutura produtiva do Rio Grande do Norte, 1985-2004. *Cadernos do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, A 4 Mãos Comunicação e Design, v. 5, p. 252-276, 2010.
- SAWAYA, Rubens R. *Subordinação consentida: capital multinacional no processo de acumulação da América Latina*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2006.
- SILVA, Francisca Tavares da. *Reestruturação produtiva na Petrobras e a ação sindical dos petroleiros no RN*. Natal: [s.n.], 2005 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais na UFRN).
- SILVA, Marconi Gomes da. *Mercado de trabalho, ocupações e rendimentos: a Região Metropolitana de Natal na década de 1990*. Natal: UFRN, 2008 (Tese de Doutorado em Ciências Sociais da UFRN).
- SILVA, Marconi Gomes da; BEZERRA, Márcia Maria de Oliveira; AZEVEDO, Geraldo Gurgel de. *A economia norte-rio-grandense e a crise de 1929*. Natal: EDUFRN, 2009.
- SOUSA, Francisco Carlos Oliveira de. *Das salinas ao sindicato: a trajetória da utopia salineira*. Natal: UFRN/PPGCS, 2002 (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais da UFRN).
- TAKEYA, Denise Monteiro. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- TAUILE, José R. Microeletrônica e automação: a nova fase da indústria automobilística brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 3, p. 69-81, jul.-set. 1986.